

## **SOBRE O DEBATE PARADIGMÁTICO: CAPITALISMO AGRÁRIO E QUESTÃO AGRÁRIA EM QUESTÃO**

**Janailson Santos de Almeida**

Mestrando pela Universidade Estadual Paulista - UNESP

[janailsonagroecologia@gmail.com](mailto:janailsonagroecologia@gmail.com)

### **INTRODUÇÃO**

O debate sobre a Questão Agrária<sup>1</sup> é histórico, e importante para entendermos o desenvolvimento do modo de produção capitalista na sociedade e suas consequências no que se refere à disputa de projetos para o campo e suas implicações para a sociedade. No Brasil o tema foi amplamente abordado por vários autores, principalmente a partir dos anos 60, com narrativas que retomam a própria história da colonização brasileira. Esse processo é explicado com detalhes nos escritos de João Pedro Stédile<sup>2</sup> sobre o tema.

STÉDILE, João Pedro, no livro “A Questão Agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960<sup>3</sup>”, editora Expressão Popular, São Paulo, 2011, faz um registro histórico da Questão Agrária no Brasil a partir da teoria política e afirma:

A bibliografia brasileira sobre a Questão Agrária é muito recente. A rigor, o primeiro grande debate de ideias e teses que interpretavam, de maneira diferente, as origens e as características da posse, da propriedade e do uso da terra no país somente aconteceu na década de 1960. E aconteceu não pelo desenvolvimento da ciência nas universidades, nas academias – embora as universidades tenham também sido envolvidas por esse debate – mas, sim, pela necessidade política e sociológica dos partidos políticos. (STÉDILE, 2011, p. 16).

Segundo STÉDILE (p. 16) “[...] a carência e ignorância sobre as questões agrárias em nosso país são frutos da submissão colonial, que impediu o desenvolvimento das ideias, das pesquisas e do pensamento nacional durante os 400 anos de colonialismo.” O autor remonta o processo de formação social do povo brasileiro a partir da sua análise sobre a Questão Agrária e nos remete a compreensão do caminho percorrido pelo campesinato desde a colonização ao desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil, a partir de autores como Caio Prado Junior, José Graziano da Silva, Alberto Passos Guimarães, Moisés Vinhas, Nelson Werneck Sodr e, Jacob Gorender, entres outros.

O debate sobre a Questão Agrária teve centralidade na Europa e Ásia entre os séculos XIX e XX, com o estabelecimento do capitalismo industrial e as primeiras

---

<sup>1</sup> O conceito “Questão Agrária” pode ser trabalhado e interpretado de diversas formas, de acordo com a ênfase que se quer dar a diferentes aspectos do estudo da realidade agrária. Na Geografia,   comum a utiliza o da expressão “Questão Agrária” para explicar a forma como as sociedades e as pessoas vão se apropriando da utiliza o do principal bem da natureza, que   a terra, e como vai ocorrendo a ocupa o humana no território. (STÉDILE, 2011, p. 15).

<sup>2</sup> Intelectual orgânico, militante e parte da Coordena o Nacional do MST. Teórico da “Questão Agrária” e organizador da cole o “A Questão Agrária no Brasil”.

<sup>3</sup> O Livro   parte da cole o organizada por João Pedro Stédile sobre a Questão Agrária.

revoluções socialistas, a partir da teoria marxista sobre a “Renda da Terra” e as teorias desenvolvidas por Karl Kautsky e Vladimir Ilyich Lenin sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Como explica Stédile (2012) nos “Estudos Clássicos sobre o Desenvolvimento do Capitalismo na Agricultura”<sup>4</sup>, Kautsky estudou o desenvolvimento do capitalismo no campo na Inglaterra, estudo conhecido como “*via inglesa*”; Lenin estudou o desenvolvimento do capitalismo no campo na Rússia (*via junker*)<sup>5</sup> e nos Estados Unidos (*via farmer*) e; Giovanni Arrighi fez os mesmos estudos na Suíça (*via suíça*).

Há também diversos estudos clássicos que analisam o comportamento da Questão Agrária imposto pelo capitalismo nas colônias. Em todas as colônias do hemisfério sul houve basicamente duas formas de organização da questão agrária: a *plantation*, que associavam grandes extensões de terra, produção para exportação e trabalho escravo; e as *haciendas*, implantadas, sobretudo, pelo capitalismo espanhol nas suas colônias, e que combinaram trabalho servil, produção para a exportação e produção para o mercado interno. (STÉDILE, 2012, p. 644)<sup>6</sup>.

O significado do conceito de “Questão Agrária” como originalmente interpretado pelos clássicos evoluiu nas últimas décadas. [...] hoje há um entendimento generalizado de que a ‘questão agrária’ é uma área do conhecimento científico que procura estudar, de forma genérica ou em casos específicos, como cada sociedade organiza, ao longo de sua história, o uso, a posse e a propriedade da terra. Essas três condições possuem características diferentes, ainda que complementares. (STÉDILE, 2012, p. 642 – 643)<sup>7</sup>

Nos estudos sobre a Questão Agrária um segmento central do debate é o Campesinato. Na Rússia, Alexander Chayanov desenvolveu valorosa contribuição para a compreensão da “Questão Agrária e o Campesinato” e como as sociedades produzem na terra os bens necessários para sua sobrevivência e reprodução. Neste trabalho busca-se analisar questões relacionadas ao debate sobre o tema no âmbito das elaborações de Abramovay (2007) e Fernandes (2013), na contemporaneidade, no sentido de compreender os paradigmas colocados pelos autores em seus textos defendidos como teses para doutoramento e publicados como livro a primeira vez em 1992.

A elaboração teórica de Abramovay (2007) é fruto de aprofundada pesquisa bibliográfica sobre as teorias clássicas da questão agrária e o Campesinato e investigações científicas sobre o desenvolvimento rural e a produção agrícola familiar na Europa, Estados Unidos e Brasil. No desenvolvimento de suas pesquisas, Fernandes (2013) dedicou-se a estudar a Questão Agrária e os territórios camponeses e suas conflitualidades, em especial com aprofundada investigação sobre o MST e “La Via Campesina” e seus processos de territorialização e espacialização.

---

<sup>4</sup> Texto está resumido em “Dicionário da Educação do Campo” (p. 641 – 646, 2012).

<sup>5</sup> *Junker* é a forma como chamavam os grandes latifundiários da época na Rússia.

<sup>6</sup> *In*: Dicionário da Educação do Campo.

<sup>7</sup> *Idem*.

## QUESTÕES DE “PARADIGMAS DO CAPITALISMO AGRÁRIO”

Ao colocar os paradigmas do capitalismo agrário em questão, Abramovay (2007) defende que o Campesinato, assim como pressupunham os teóricos marxistas da Questão Agrária, deixou de existir e se metamorfoseou em uma agricultura familiar que nada tem a ver com o velho Campesinato defendido por Chayanov em suas teorias. Essa agricultura familiar por sua vez estaria destinada a uma integração ao mercado capitalista, totalizando-se assim a sociedade capitalista.

Segundo ABRAMOVAY (2007, p. 140):

A previsão de Marx de que a grande empresa capitalista se generalizaria na agricultura, tanto quanto na indústria, possui ao menos uma virtude histórica: as formas de produção familiar existentes no seu tempo exprimiam, antes de tudo, sobrevivências de um passado que o desenvolvimento capitalista se encarregaria mais ou menos rapidamente, mas inelutavelmente, de remover.

De acordo com FERNANDES (2004) “[...] há um problema original do desenvolvimento da agricultura no capitalismo a respeito da permanência ou do fim do Campesinato”. Segundo o autor (2013, p. 61) “o Campesinato não desapareceu, não se proletarizou e nem permaneceu como antes”. Em sua crítica à Ricardo Abramovay, FERNANDES (2007, p. 234) diz que “Abramovay projeta o desenvolvimento do capitalismo, tomando como referência a realidade dos países ricos”, e afirma que “existe uma dicotomia entre Campesinato e agricultura familiar, a qual deve ser superada para melhor compreensão da realidade sobre a questão agrária atual”. Ainda segundo o autor - FERNANDES (2007), “o camponês sempre foi agricultor familiar” e “o sentido da dicotomia é o enfraquecimento político da luta de classes”.

No Brasil, houve – e há – uma tentativa de integração da produção camponesa ao “mercado”, justificada inclusive pelas experiências europeia e estadunidense. No Sul do país, como já constatado por alguns pesquisadores da Questão Agrária brasileira, boa parte do Campesinato está parcial ou completamente integrado ao mercado capitalista. Essa corrente teórica, recusa a existência de uma cultura camponesa e de uma subjetividade, em que o Campesinato não é apenas produtor de alimentos, mas produtor de cultura, da sua própria existência.

Alguns autores marxistas, mais ortodoxos, embora estando em correntes políticas e mesmo filosóficas diferentes e até divergentes às de Abramovay, em grande medida concordam com o que diz o autor, no entanto sem romper com a teoria marxista da Questão

Agrária<sup>8</sup>. Esses teóricos defendem as vertentes que, conforme OLIVEIRA (1991, p. 45-64) *apud* FERNANDES (2004):

[...] asseveram a destruição do Campesinato por meio da diferenciação interna produzida pelas contradições típicas do processo de integração no mercado capitalista ou pelo processo de “penetração das relações capitalistas de produção no campo”. Esses processos determinariam a proletarização do Campesinato.

Diferentemente desses autores, Fernandes (2013), defende não só a existência do Campesinato mas a sua produção e reprodução provocadas pelas próprias contradições do modo de produção capitalista. Segundo o ele isso ocorre em processos de “territorialização, desterritorialização e reterritorialização – TDR”, gerados pelos conflitos entre o Campesinato e o Agronegócio. O autor consente-se com as vertentes que para ele “[...] fazem parte do 'Paradigma da Questão Agrária' e têm como principais elementos de análise: a renda da terra, a diferenciação econômica do Campesinato e a desigualdade social geradas pelo desenvolvimento do capitalismo.”

Em seu estudo, Abramovay (2007) tenta mostrar como, na sociedade contemporânea e com o atual desenvolvimento capitalista na agricultura, a agricultura familiar está totalmente integrada ao mercado capitalista. Para Fernandes (2013) o Campesinato não só sobreviveu ao processo histórico até o capitalismo contemporâneo como é uma fração importante da classe trabalhadora na luta contra o capital, especialmente no Brasil. Ainda encontra-se bastante aberto o debate sobre a condição do Campesinato na sociedade. Seria ou não, o Campesinato, uma classe que ha sobrevivido, re-existido e se reproduzido durante toda a história?<sup>9</sup> Para entendermos algumas das diferenças entre os dois paradigmas em relação ao processo histórico de transformação do campesinato, segue o quadro:

---

<sup>8</sup> Segundo FERNANDES (2004), “[...] em ‘Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão’, Abramovay propõe uma ruptura com o paradigma marxista (p. 42) ou leninista/kautskyano (p. 249) e apresenta uma leitura em que o desenvolvimento da agricultura nos países capitalistas ricos atingiu estágios determinados, sendo que a agricultura de base familiar teve participação expressiva e se consolidou.”

<sup>9</sup> Essa teoria é defendida por Armando Bartra em seus diversos estudos sobre as sociedades camponesas e indígenas ou “campesindios”, como define o autor.

**Quadro 1 – Caracterização dos paradigmas agrários em questão.**

<b>Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA)</b>	<b>Paradigma da Questão Agrária (PQA)</b>
Não considera a luta de classes como um fator na análise da Questão Agrária.	A luta de classes é dinâmica e o Camponato pode se reconstruir a depender da correlação de forças na luta contra o capitalismo agrário.
Não considera o camponato como seguimento coexistente e ativo da classe trabalhadora em luta contra o capitalismo e pela transformação social, tendo este se metamorfoseado em produtores familiares profissionais, capitalistas integrados ao mercado e a economia capitalistas.	O Camponato não deixou de existir na sociedade capitalista contemporânea, assim como não se proletarizou, no entanto se transformou em agricultura camponesa familiar. Um agricultor familiar é também um camponês.
O capitalismo e o agronegócio são totalidades, não são apenas hegemonias. Qualquer outra forma de organização social e econômica têm que necessariamente integrar-se a elas.	O Camponato é uma parte forte e significativa, tanto na disputa e ocupação dos territórios rurais como na participação econômica. Constrói sua própria forma de organização social e econômica e luta por transformações profundas na sociedade e por um novo modelo agrícola para o campo.
Não considera um processo de reforma agrária e o rompimento da estrutura fundiária e a construção de um novo modelo agrícola para o campo.	Acredita na reforma agrária como única solução para resolução dos conflitos no campo e para a produção de alimentos saudáveis para consumo da sociedade, a diminuição das contaminações e mortes pelo uso excessivo de agroquímicos e a defesa do patrimônio biológico e ambiental.
O agronegócio é o modelo único a ser considerado, portanto o camponato se integrará ao seu modelo de economia e produção agrícolas.	É possível consolidar uma economia camponesa, mais justa e solidária, um modelo cooperativo baseado na agroecologia como matriz tecnológica produtiva e em escala suficiente para toda sociedade.
Se acaba o Camponato e permanece o capitalismo	Se acaba o capitalismo e permanece o Camponato.
O desenvolvimento do capitalismo no campo transformará o Camponato em agricultura familiar integrada ao mercado capitalista, uma metamorfose. Haverá uma conciliação.	A luta contra as desigualdades provocadas pelo desenvolvimento do capitalismo coloca o Camponato, não como parte, mas como oposição. Sempre existirá conflitualidades.

Fonte: FERNANDES (2013) & ABRAMOVAY (2007).

Organizador: Janailson Almeida.

## **O PCA E PQA E A REFORMA AGRÁRIA**

À luz da discussão trazida por Abramovay (2007) sobre o Paradigma do Capitalismo Agrário, a partir de seus estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, não se encontram referências aos processos de reforma agrária como processo de transformação no campo, referindo-se apenas ao desenvolvimento capitalista e ao progresso técnico. Embora o autor não discuta, esse é um tema central para a compreensão de muito do que está sendo debatido e proposto, tanto por ele como por Fernandes (2013).

Abramovay (2007) demonstra claramente o seu interesse pelo desenvolvimento da agricultura no Brasil e se refere à maneira como, nos países centrais, onde o capitalismo mais se desenvolveu, o modelo agrícola implantado não foi o da grande propriedade e das grandes indústrias de produção de alimentos, mas sim o da agricultura familiar, não de pequenos produtores, mas de produtores familiares integrados ao mercado capitalista. O autor questiona a incompatibilidade, colocada por Kautsky e Lênin em seus clássicos estudos sobre a Questão Agrária, entre agricultura familiar e progresso técnico, por se referir a agricultura familiar como não sendo pequena, familiar ou camponesa, mas responsável por produções volumosas, a exemplo de agricultores familiares nos Estados Unidos, na Europa e até no Sul do Brasil.

Em resumo, o que promulga Abramovay (2007) é que: com o desenvolvimento do capitalismo e o progresso técnico na agricultura, a agricultura familiar tem, necessariamente, que se integrar ao processo de produção e comercialização do modo de produção capitalista, para que possa assim cumprir um papel na sociedade. Segundo o autor, isso se daria pela diminuição da força de trabalho e desenvolvimento tecnológico para o campo, gerando um aumento na produção de alimentos que por fim chega a massa consumidora.

O que já se sabe é que um movimento como esse produziria uma grande quantidade de trabalhadores rurais desempregados. Isso aconteceu com a chegada da revolução verde, com a premissa do desenvolvimento capitalista e industrial para a agricultura e o progresso técnico através de pacotes tecnológicos. Esse fenômeno gerou um forte movimento de migração e êxodo, esvaziamento do campo e inchaço das cidades.

A ampliação dos horizontes sociais e a instauração do cálculo econômico racional como critério das relações materiais entre as pessoas não permitem que o caráter localizado e tradicional do campesinato sobreviva. O capitalismo é por definição avesso a qualquer tipo de sociedade e de cultura parciais. (ABRAMOVAY, 2007, p. 139-40).

Trata-se de pensar qual modelo de reforma agrária teremos para o Brasil: uma reforma agrária clássica burguesa, baseada no Paradigma do Capitalismo Agrário, ou uma reforma agrária de cunho popular pautada pelos movimentos sociais do campo e da cidade? Essa questão é de grande importância para analisar as questões desses dois paradigmas.

O caráter popular da reforma agrária é defendido no Brasil pelo MST e outros movimentos da Via Campesina. Essa proposta, ao contrário do paradigma do capitalismo agrário, resolveria o problema do Campesinato, que ao longo do tempo vem sendo subordinado ao modelo agrícola do agronegócio. Isso se daria por processos de desapropriação e redemocratização da terra e de redistribuição de renda, com o objetivo da fixação das famílias no campo e/ou recampesinização<sup>10</sup>. Esse retorno ao campo se contrapõe à ideia de um *continuum* da migração das populações rurais para os grandes centros urbanos.

Deve-se lembrar que nos países centrais houveram processos de reforma agrária clássica ou burguesa, onde se deram processos de redemocratização da terra e se levou o progresso técnico para a agricultura. Nesses países a agricultura camponesa se modificou completamente e se integrou ao mercado capitalista, fazendo com que essa agricultura agora cumprisse um papel importante para a sociedade capitalista e seu desenvolvimento econômico a partir da produção de alimentos em grandes quantidades para abastecer a demanda das empresas do setor alimentício, que levariam ao consumo pela sociedade após os processos de industrialização.

No caso do Brasil deve-se considerar o fato de que nunca houve nenhum processo estrutural de redemocratização da terra, e "o campesinato existe em suas diversas expressões". Uma outra questão é que aqui, o processo de desenvolvimento capitalista não se deu como na Europa ou nos Estados Unidos. Durante o período colonial brasileiro teve-se um modelo de produção conhecido como *plantation*, não havendo assim feudalismo no Brasil, como defende GORENDER, Jacob em seu livro "O Escravismo Colonial", Editora Ática, São Paulo, 1988.

À diferença dos países centrais, no Brasil, na América Latina, o campesinato tem base organizada e em movimento; uma marcha contínua na luta por terra e; as tentativas de implantação de modelos clássicos de distribuição de terras não funcionaram. Nesse continente não houve reforma agrária, à exceção dos países que fizeram revoluções socialistas, como México, Nicarágua e Cuba; ou houve parcialmente, onde os movimentos camponeses estão organizados. É inegável que o agronegócio é o modelo hegemônico no campo, mas também é inegável a existência, a resistência e a luta do Campesinato.

---

<sup>10</sup> Termo utilizado para se referir a um processo massivo de retorno ao campo pelos (as) trabalhadores (as).

A resistência, a subalternidade e a destruição são condições do campesinato no capitalismo. Elas podem ocorrer simultaneamente ou em tempos distintos, o que mantém o debate sobre a condição camponesa no sistema capitalista. A inserção do campesinato no capitalismo somente pode acontecer de forma subalterna e o capital o destrói e o recria de acordo com as conjunturas políticas. (FERNANDES, 2013, p. 20).

A concentração de terras é ainda hoje no Brasil uma das maiores do mundo, resultado de uma política agrária conservadora; onde o modelo agrícola sempre foi agroexportador, baseado na grande produção em monocultivo de bens primários para exportação; a exemplo do café, da soja, tabaco, celulose, algodão, açúcar, carne, e outras *commodities*.

**Quadro 2** – Concentração de terras na América Latina de acordo com o coeficiente de Gini<sup>11</sup>.

<b>País/Região</b>	<b>Índice (0 – 1)</b>
América Latina	0,79
América do Sul	0,85
América Central	0,75
Brasil	0,87
Paraguai	0,93
Chile	0,91
Colômbia	0,88
Europa	0,57
Ásia	0,55
África	0,56

Fonte: Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO (2017).  
Organização: Janailson Almeida.

Esse alto índice de concentração da terra no Brasil tem historicamente gerado conflitos no campo e provocado a intensa luta do MST com os processos de ocupações de terra, e de outras organizações; assim como, por outro lado, também gerou um forte processo de produção pelo agronegócio.

## **CAMPESINATO: MODO DE VIDA, REPRODUÇÃO E ECONOMIA**

Abramovay (2007), sobre as sociedades camponesas e sua economia, diz que as características centrais do Campesinato não são apenas a forma de organização familiar e o equilíbrio entre a produção e o consumo, como segundo ele observara Chayanov em seus estudos, mas também a integração parcial a mercados incompletos. Ao contrário da teoria chayanoviana, da existência de uma economia camponesa baseada no modo de produção camponês, de um modo de vida camponês, o autor refere-se à economia camponesa como irracional e sem fundamentação histórica.

As questões tão enfatizadas por Abramovay (2007) sobre a irracionalidade camponesa, principalmente sobre a economia camponesa, se deve ao fato de o

<sup>11</sup> Coeficiente que mede a desigualdade na distribuição de terras, em que 0 corresponde à completa igualdade e 1 corresponde à completa desigualdade.



Campesinato ter sido historicamente subordinado ao modelo dominante de economia. No entanto, isso não significa um rendimento desse segmento ou dessa categoria ou classe a esse modelo dominante, senão que historicamente se tem pensado e construído formas de organização de um modelo de economia camponesa, que corresponda não só a sua forma de produção mas à sua forma de vida no campo.

O que deve-se reconhecer nesse ponto é que apesar de o Campesinato não haver criado um modelo de economia para o campo, muitas foram as formas de organização das cadeias de produção e comercialização de seus produtos. Um dos grandes gargalos, predominante até hoje nesse processo é a figura do atravessador, o qual o Campesinato ainda não conseguiu se livrar. O Campesinato precisa ter um mercado próprio, com abastecimento direto ao consumidor, ou seja, sistemas de comercialização direta. Mas isso, para além das experiências das feiras, que vão se fortalecendo, só será possível com um projeto estrutural de reforma agrária no qual os camponeses tenham acesso aos meios de produção.

Em contraposição ao modelo de comercialização imposto pelas empresas e ao “atravessamento”, o Campesinato foi criando suas próprias formas de comercialização de seus produtos, diretas à rede de consumo. As experiências de feiras agroecológicas e feiras da reforma agrária são a materialização da proposta de economia do Campesinato brasileiro. Antes, as próprias feiras municipais, regionais, locais, nas quais os agricultores camponeses levam sua mercadoria para venda direta. O MST no Brasil, tem organizado a realização de feiras permanentes em vários estados e uma feira nacional, não só para comercialização de produtos da reforma agrária mas também para divulgação da cultura camponesa pelo país, além da instauração de armazéns do campo em grandes cidades brasileiras.

O debate sobre um modelo de agricultura camponesa também se discute no interior do Movimento Sem Terra. O MST construiu um programa de Reforma Agrária Popular para o Brasil, envolvendo não só o público que luta pela terra mas também os demais setores da sociedade brasileira. Contrário ao modelo agrícola do agronegócio, o Movimento propõe um novo modelo agrícola para o meio rural brasileiro, baseado na produção agroecológica de alimentos para toda sociedade. O MST discute a Agroecologia no âmbito da construção de uma nova "matriz tecnológica produtiva" para o campo, que estruture as cadeias de produção de alimentos do plantio à comercialização. Isso já vem sendo construído a partir das próprias cooperativas organizadas pelo Movimento.

Na América Latina, outros autores têm se dedicado a estudar a Questão Agrária numa perspectiva de reconhecimento do Campesinato enquanto classe social, como produtor de cultura, de uma economia e organização próprias. Há uma reflexão nesse sentido por BARTRA, Armando, em sua obra “Campesindios, aproximaciones a los

campesinos de un continente colonizado”, editora La Nación, Ciudad de México, 2010. Fazendo referência ao conceito de "classe" do historiador inglês Edward Thompson, Bartra (2010) defende que:

[...] las clases se conforman políticamente en largos procesos históricos y se aprehenden intelectualmente a través de abordajes historiográficos. Sin duda, las clases tienen efectos sociales, políticos, antropológicos, psicológicos y lingüísticos, entre otros, y dejan huellas rastreables por las disciplinas que de estos ámbitos se ocupan, pero la clave de su existencia no está en la reproducción *espacial* de tales o cuales estructuras, sino en el despliegue *temporal* de las subjetividades. No son las diferentes analíticas las que dan cuenta de los grandes actores sociales, sino la dialéctica entendida como la capacidad de nihilización ontocreativa que es nuestra seña de identidad en tanto que seres históricos. En breve: las clases son *hazaña de la libertad*, así ésta sea siempre una *libertad en la necesidad*, una libertad situada. (BARTRA, 2010).

As ideias elaboradas por Bartra (2010) estão relacionadas à própria história da formação sociocultural do Campesinato na América Latina, especialmente dos países colonizados pelos espanhóis. Nesses países se preservou a cultura indígena e campesina à raiz da sua existência enquanto nativa dessa terra, portadora de uma ideologia e de uma consciência única. O Campesinato latino-americano segue existindo resistindo e re-existindo muito mais como uma classe social camponesa do que apenas como produtor de bens de consumo para a sociedade capitalista.

Bartra (2010) defende que o Campesinato é um “modo de vida”. Essa é a definição que Teodor Shanin dá ao Campesinato ao referir-se ao “seu mestre” e antropólogo chinês Fei Hsiao-Tung, como relata. De acordo com SHANIN (2008) *apud* BARTRA (2010):

[...] una de las características principales del campesinado es el hecho de que corresponde a un modo de vida, una combinación de varios elementos. Solamente si comprendemos que se trata de una combinación de elementos y no de algo sólido y absoluto, es que comenzaremos a entender realmente lo que es. Porque, si buscamos una realidad fija, no la vamos a encontrar en el campesinado.

As organizações “La Via Campesina – LVC”<sup>12</sup> e CLOC (Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo) têm realizado grandes debates sobre o destino do Campesinato e quais linhas políticas e ideológicas devem orientá-lo para seguir fazendo a luta contra o inimigo comum, na sua construção junto aos movimentos sociais e organizações do campo como sujeitos (as) de direitos, produtoras (es) de uma cultura própria e portanto de sua própria existência; uma classe social com o seu modo de vida, o ser camponês (a). As organizações têm defendido fortemente a identidade camponesa e a

---

<sup>12</sup> Organização internacional que aglutina os movimentos e organizações sociais do campo. No Brasil chama-se apenas de “Via Campesina”.

dimensão epistêmica do Campesinato fundamentando-se na formação sócio-histórica dos povos do campo e sua cultura, defendendo a Agroecologia como matriz tecnológica produtiva, e a soberania alimentar.

Tomando como referência os textos de Peter Michael Rosset e Lia Pinheiro Barbosa (2017), intelectuais colaboradores da CLOC/Via Campesina, sobre Educação do Campo e Agroecologia na América Latina a partir dos movimentos sociais do campo:

As epistemes das organizações da LVC/CLOC conduzem a concepções de agroecologia em um horizonte comum, no entendimento de que a sua natureza ontológica é a consolidação da soberania alimentar como princípio político para a emancipação humana dos sujeitos do campo. Assim, ao longo da trajetória política das organizações no enfrentamento do capital transnacional há um vínculo indissociável entre território-sujeitos-educação-agroecologia, fundamental no avanço da pauta de luta articulada na região, em diálogo com as organizações membros dos outros continentes. (BARBOSA & ROSSET, 2017, p. 710).

Ao assumir a agroecologia como princípio e projeto político, a LVC/CLOC parte do pressuposto de que a dialética da agroecologia prescinde a conformação do sujeito-histórico que se insere no campo de disputa política para defendê-la em perspectiva multidimensional: em sua base epistêmica, em seu fundamento teórico, nas metodologias implicadas, na formação dos sujeitos da *práxis* agroecológica e, por fim, em sua intencionalidade política, a saber, a soberania alimentar como emancipação humana. (*Idem*).

Dessa forma, o/a autor/a reconhecem no Campesinato, em suas dimensões, o que chamam de um “Paradigma Epistêmico do Campo”:

[...] próprio, elaborado pelos sujeitos histórico-políticos que são mulheres, homens, jovens, crianças e anciãos partícipes de um projeto político e histórico de conhecimento desde/com/para os povos do campo. Cada um deles, no plano coletivo e/ou individual, é sujeito fundamental para a transformação agroecológica e para a sua massificação. Por tal razão, as organizações da LVC/CLOC vinculam a agroecologia à formação educativa para solidificar o *Paradigma Epistêmico do Campo* no plano conceitual, epistêmico e empírico, conformando uma subjetividade camponesa para a consolidação de um projeto político para a emancipação dos povos do campo. (BARBOSA & ROSSET, 2017, p. 719).

Para o MST esse é um debate aberto e com um campo amplo de discussões, que evoluem à medida que o próprio Campesinato segue tomando forma, se caracterizando e se identificando na sociedade. Seguindo o pensamento de Marx, não é o sujeito que determina a consciência ou a realidade, mas a realidade é quem forma o sujeito. O Campesinato segue em constante movimento, fazendo-se e refazendo-se, sofrendo todas as intempéries do sistema que o coopta, o reprime, o transforma, mas não o pode extinguir.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Existem dois modelos agrícolas propostos: o modelo do agronegócio, baseado na grande produção e exportação de commodities e importação de tecnologia agrícola. Economia capitalista e; o modelo da Agroecologia, posposto pelos movimentos sociais, baseado na produção diversificada de alimentos saudáveis para consumo da população. Economia camponesa e mercado camponês.

A identidade camponesa, em função do Paradigma do Capitalismo Agrário enfrenta a ideologia dominante, que se colocou historicamente na contramão dos movimentos sociais do campo. Isso porque a ideia sempre foi realmente não ter um Campesinato forte e com potencial de reprodução não só da vida mas também da cultura e identidade camponesas, isso fortaleceria o Campesinato e contribuiria diretamente para a reforma agrária no Brasil. A ideia sempre foi transformar esses camponeses em agricultores familiares integrados ao mercado, não organizados coletivamente.

Para concluir, faço algumas considerações a respeito das discussões colocadas neste trabalho em função do debate paradigmático sobre o capitalismo agrário e a questão agrária, as quais vou resumir nos três pontos a seguir:

I – As pesquisas feitas por Abramovay (2007) para sua elaboração sobre a questão dos paradigmas do capitalismo agrário completam cerca de 26 anos. Durante esse período tivemos mudanças estruturais realidade agrária brasileira. No mesmo ano da primeira publicação de sua tese como livro, em 1992, é criada a Via Campesina. Ao longo das últimas três décadas o MST se torna o movimento camponês com maior expressão na luta pela reforma agrária e transformações sociais, chegando aos seus 35 anos de história em 2019.

II – Não há dúvida de que temos dois importantes paradigmas em discussão, um mais alinhado ao neoliberalismo e outro ao socialismo, assim como temos lutas concretas por mudanças estruturais na sociedade e do modelo agrícola para o campo; ao mesmo tempo em que se fortalece o modelo autodestrutivo do agronegócio.

III – O Campesinato vive em permanente transformação. Isso faz parte da própria dinâmica dele na luta de classes no capitalismo. Enquanto houver conflitualidade vão haver formas de pensamento sendo desenvolvidas. No entanto, nenhuma delas pode ser única e definitiva. O debate paradigmático deve servir para se avançar no processo de construção de conhecimento, para interferir na realidade.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Edusp, 3ª edição. São Paulo, 2007.

BARBOSA, Lia Pinheiro & ROSSET, Peter Michael. Educação do campo e pedagogia camponesa agroecológica na América Latina: aportes da la Via Campesina e da Cloc. **Educ. Soc.**, v.38, n.140, p.705-724. Campinas, jul./set., 2017.

BARTRA, Armando. Campesindios, aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado. **La Nación**. México, nov./2010.

DA VEIGA, José Eli. **O Desenvolvimento Agrícola – Uma Visão Histórica**. Edusp, 2ª edição. São Paulo, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. CONSTRUINDO UM ESTILO DE PENSAMENTO NA QUESTÃO AGRÁRIA: o debate paradigmático e o pensamento geográfico. **Tese (livre docência)**, Volumes I e II. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2013.

STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960**. 2ª edição, Expressão Popular. São Paulo, 2011.

STEDILE, João Pedro. **Dicionário da Educação do Campo** (Org.: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo e FRIGOTTO, Gaudêncio) – Questão Agrária. Expressão Popular, p.641-646. Rio de Janeiro, 2012.